Janela aberta

Meio ambiente não vende



Helga Hoffmann

"Meio ambiente não vende", contou-me outro dia um conhecido editor carioca. Livros sobre o tema ficam encalhados. Por que será? Quem sabe vendem pouco no Brasil porque a percepção geral que se tem do tema ainda é paisagística: meio ambiente como bem de luxo de quem pode se isolar e transformar o resto do mundo em paisagem.

O que é isso, o meio ambiente? Mesmo especialistas não têm um conceito idêntico de meio ambiente. Em reunião organizada pelo Council on Foreign Relations em Nova York, em outubro de 1997, depois de ouvir muitas intervenções sobre a preservação das matas e sobre comunidades indígenas e suas tradições de uso da floresta e do solo, um dos participantes lembrou da entrevista de Eduardo Martins, presidente do Ibama, a *Veja* e notou que a América Latina tinha índices de urbanização semelhantes aos dos países desenvolvidos e que talvez o principal problema ambiental de hoje fosse a contaminação do ar em suas várias cidades. Ao que uma representante de uma ONG de preservação da natureza retorquiu: "isso não é meio ambiente, isso é poluição".

Para evitar discussões conceituais gerais cujas implicações de política nem sempre se podem explicitar, economistas preocupados com a identificação de políticas de desenvolvimento com prudência ambiental terminam dividindo o meio ambiente em muitos pedaços separados (bacias hidrográficas, resíduos perigosos, matriz energética). Ou então a abordagem é por *problema* – desde baías contaminadas, a florestas queimando sem controle, a dificuldades de exportar devido a supostos critérios ambientais de importadores.

Em tese, o marco de referência geral que orienta as atividades dos governos e das organizações do sistema das Nações Unidas é a Agenda 21 – o programa de ação e a declaração de princípios que todos os países do mundo aprovaram por consenso durante a chamada Cúpula da Terra, reunida no Rio de Janeiro em junho de 1992. A Agenda e o conceito de *desenvolvimento sustentável* têm amplo apoio político, confirmado uma vez mais em junho do ano passado durante a sessão especial da assembléia-geral das Nações Unidas que avaliou os cinco anos de aplicação desse programa. Mas a Agenda 21 é um documento longo e enrolado que pouca gente lê ou consulta. E o desenvolvimento sustentável tem todo mundo a favor, mas não tem definição operacional dentro de algum sistema teórico coerente.

As múltiplas definições são variantes da fórmula original da Comissão Bruntland: "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades." Há um consenso mais ou menos geral sobre os componentes inseparáveis desse desenvolvimento – crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental – mas não é preciso ir muito longe para reconhecer as dificuldades do conceito. Sustentabilidade de quê? Primeiro o ser humano ou primeiro o ecossistema? Não basta dizer que isso não importa já que os seres humanos não existem separados do ecossistema. Existe toda uma gama de abordagens desde a mais antropocêntrica à mais ecocêntrica, tanto para os problemas globais como para os locais. Ademais, existe otimismo ou pessimismo em matéria de progresso científico e desenvolvimento tecnológico. Carece de sentido o discurso de alguns ecologistas, e até de um ou outro economista, segundo o qual a exportação intensiva de recursos naturais que caracteriza a América Latina "é insustentável", pois esse discurso até hoje não incorporou hipóteses sobre desenvolvimento tecnológico e a possibilidade de substituir recursos. E toda a América Latina junta exporta tanto quanto a pequena Holanda. Alguém no extremo ecocêntrico do gradiente, na Inglaterra, verá os jardins e lembrará que ali não sobrou floresta nativa e que se perdeu muita biodiversidade. Alguém no extremo antropocêntrico chamará atenção para níveis de bem-estar invejáveis da população, incluído o acesso àqueles espaços verdes produzidos, sem que a sustentabilidade ecológica pareça fundamentalmente comprometida, e considerará o sistema sustentável pois que levou ao aumento da expectativa de vida.

Sustentabilidade onde? Cada problema ambiental tem uma cobertura geográfica diferente. É raro que o dano atinja exatamente o lugar no qual se origina. E a geografia importa também no impacto das políticas. É possível demonstrar que a aplicação de regras de sustentabilidade no uso de recursos naturais em um país leva à extração menos sutentável nos demais países. Como tratar recursos comuns e compartidos e como distribuir geograficamente aquelas famosas "responsabilidades comuns mas diferenciadas" do Princípio 7 da Declaração do Rio? Como estabelecer o nível geral de proteção ou o uso dos recursos ecológicos e como dividir as quotas de acesso a eles?

Sustentabilidade quando? O consenso é de melhorar o bem-estar da geração presente sem arriscar a possibilidade de gerações futuras melhorarem o seu próprio bem-estar.

Mas qual o nível de risco aceitável ao avaliar a eqüidade entre gerações? Ademais, nem sempre há certeza científica. Diante da incerteza, quanto risco é aceitável? Qual será o impacto, por exemplo, do fato de que os prazos para a redução de emissões de CO_2 e de outros gases de efeito estufa foram adiados entre a entrada em vigor do Convênio sobre Mudança Climática e a última reunião de suas partes contratantes em Kioto? – sem contar os que questionam as medições de aquecimento da Terra. Quais são exatamente os prazos que é preciso estabelecer para cada programa de ação que lida com problemas ambientais?

Diretora da Divisão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Cepal.